

## As relações internacionais como área de conhecimento.

Shiguenoli Miyamoto.

**Como citar:** MIYAMOTO, Shiguenoli. As relações internacionais como área de conhecimento. *In*: POSSAS, Lídia M. V.; SALA, José Blanes (org.). **Novos atores e relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p.383-398. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-065-5.p383-398>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO ÁREA DE CONHECIMENTO

*Shiguenoli Miyamoto<sup>1</sup>*

**A**té o final dos anos 80, a mídia brasileira (impressa e falada) dava pouca cobertura ao noticiário internacional, salvo raras exceções. Assim, no conflito que envolveu a Argentina e o Reino Unido em 1982, foram inúmeros os órgãos de imprensa que cobriram o evento diariamente, narrando cada pormenor, justamente porque se tratava de algo inusitado, sobretudo pelo fato de envolver um de nossos vizinhos contra uma grande potência, tendo como palco o Atlântico Sul.

Apenas em condições excepcionais, portanto, as relações internacionais faziam parte das preocupações diárias, não apenas da imprensa, como do próprio meio acadêmico. Daí o número restrito de instituições voltadas para esse campo de conhecimento, tanto em termos de ensino quanto de pesquisa.

Segundo os responsáveis pela grande imprensa, não se noticiava assuntos internacionais por um motivo simples: a sociedade não se preocupava com o tema. É provável que essa tenha sido uma verdade, pelo menos para aqueles tempos, ainda mais pelo fato de vivermos, desde meados dos anos 60, condições domésticas adversas, sendo nossa preocupação primeira as restrições impostas pelo regime militar. O mesmo, entretanto, não poderia ser dito hoje.

---

<sup>1</sup> Professor Titular - Departamento de Ciência Política-IFCH/Unicamp

Esse mesmo argumento apresentado pela mídia, sempre foi igualmente reproduzido, pelo menos em parte, pelas próprias instâncias responsáveis pela formulação e implementação da política externa brasileira. Ao alegar que a sociedade não se interessava por assuntos de tal natureza, o Itamaraty, no caso, arrogava-se o direito de ser o único a pensar a atuação do país, em termos bilaterais ou multilaterais, visando a inserção mais favorável no sistema internacional, segundo suas próprias e exclusivas concepções.

Difícilmente encontraremos exemplo em que o Ministério das Relações Exteriores mostrou disposição, até aqueles anos, em dialogar com a sociedade, ouvindo-a nos grandes assuntos que interessavam não apenas ao Estado, mas à toda a Nação. Apenas disputava espaços, por exemplo no regime castrense, com as instâncias econômicas (mais com essas) e militares, cada uma delas tentando avançar sobre as competências alheias.

Entre as primeiras podem ser citadas as discordâncias, acerca do relacionamento do Brasil com o Primeiro ou com o Terceiro Mundo, ou entre a Chancelaria e o ministro Antonio Delfim Netto. Na segunda, as divergências verificadas com o reconhecimento de países socialistas no período de Ernesto Geisel, ou mesmo no início do governo de José Sarney quando se criou a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul e se discutiu a diferença entre desmilitarização e não-militarização da região.

As transformações que se processaram velozmente a partir dos anos 80, fundamentalmente na década de 1990, com o acesso restrito, depois em grande escala da TV a cabo e da internet, trouxeram o mundo para bem perto de todos, já que com um clique nos põem em contato direto com as realidades mais longínquas possíveis. Destarte, não só as distâncias culturais foram diminuídas, como os próprios meios de transportes aéreos favoreceram a aproximação com lugares antes considerados de difícil acesso.

Alie-se a isto, as transformações no cenário internacional que tiveram forte impacto na vida política, econômica e cultural de praticamente todos os países. Poderiam ser lembrados a queda

do muro de Berlim, o fim do bloco soviético, e as guerras travadas pelo grande império norte-americano sempre longe de seu território. Apresentados ao vivo em escala mundial, esses acontecimentos serviram para mostrar inclusive para aqueles menos informados, que muitos fatos têm repercussão global, afetando a todos simultaneamente, que todos estão muito próximos, e que as fronteiras sempre vistas como barreiras pareciam não mais existir.

Essas mudanças igualmente manifestaram-se no plano econômico, com os processos que passaram a ser denominados globalização e interdependência. Desde então nada mais poderia ser pensado isoladamente, através de políticas particulares, sem levar na devida conta o que se passa nos outros continentes, sabendo de antemão que as influências do contexto global são inevitáveis.

Em conjunto, todos esses fatores fizeram com que os acontecimentos internacionais passassem a ser merecedores de atenção, e percebidos como parte de nossas preocupações quotidianas. Como reflexo, não apenas no Brasil, mas em outros países, como Portugal, houve um crescimento significativo de instituições que passaram a ofertar a carreiras específicas voltadas para entender tal realidade, e atender às novas necessidades impostas por esse mundo em rápida transformação. Não apenas isso, mas a própria sociedade passou a se interessar por assuntos dessa natureza, como pode ser comprovado em pesquisas realizadas por investigadores dedicados ao tema.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Ver HOLZHACKER, D. O. *Atitudes e percepções das elites e da população em geral sobre a política externa brasileira nos anos 90*. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Embora não seja considerada fonte adequada (nos moldes acadêmicos), o site Orkut de relacionamentos atinge os estudantes de Relações Internacionais das diferentes instituições nacionais, e espelha essa realidade. Contam-se às centenas as comunidades dedicadas às relações internacionais sob as mais distintas rubricas, muitas delas com mais de 15 mil membros. Ver, por exemplo: Relações Internacionais, 17.811; Coisas da Diplomacia, 9.256; Conjuntura Internacional, 2.165; Relações Internacionais UNESP, 882; Relações Internacionais PUC-SP, 1.098; Rumo ao Itamaraty, 3.368; Geopolítica, 4.311; Internacionalistas, 2.070; Historia e Geopolítica, 2.114. É bem verdade que não se pode, simplesmente, somá-los para verificar quantitativamente os interessados sobretudo jovens na área de Relações Internacionais, porque grande parte deles com certeza pertence a várias “comunidades” simultaneamente. Nessas comunidades discute-se com grande frequência o que são as Relações Internacionais, a grade curricular, o conteúdo das disciplinas e a qualidade dos cursos oferecidos. Disponível em: <<http://www.orkut.com>>. Acesso em: 7 maio 2008.

Nesse sentido, as relações internacionais converteram-se em uma área de conhecimento de extrema relevância, pelo menos na universidade, ainda que não tenha encontrado status semelhante no setor privado que desconhece, em parte, o papel exercido pelo profissional egresso desses cursos, e mesmo suas habilidades e ferramentas nos diferentes campos. Dentre essas podem ser lembradas aquelas que envolvem desde as negociações econômicas até o entendimento da cultura dos outros povos, das diferenças de modelos políticos e das possibilidades de se traçar cenários nacionais e regionais, em função justamente das diversidades culturais e políticas cambiantes que caracterizam o contexto mais próximo.

Na realidade, essa não é uma área recente de conhecimentos, ainda que em termos acadêmicos, ela tenha começado a ser explorada menos de um século atrás, quando foram criados os primeiros cursos voltados para essa especialidade nos anos 20, nos Estados Unidos. Por ter sido originada em país que já se considerava grande, e pelo papel jogado pela grande nação norte-americana ao longo das décadas posteriores, as relações internacionais sempre se caracterizaram por ser uma área mais conhecida, identificada e dominada teoricamente pelas concepções anglo-saxãs.

As teorias, as publicações, os conhecimentos, praticamente tudo é produzido em língua inglesa. Os demais países mantiveram-se discretos, desempenhando papel de menor relevância, inclusive pela falta de recursos humanos adequados para contrapor-se à influência norte-americana. Esse quadro passou a ser observado no pós-Segunda Guerra Mundial quando aquele país emergiu verdadeiramente como a grande potência não apenas em termos militares, mas também com indicadores econômicos, políticos e culturais, sem igual, estendendo seus tentáculos ao redor de todo o globo, abraçando-o como se fosse sua propriedade.

Por isso mesmo, o poderio norte-americano se fez sentir em dois níveis: no primeiro, com o uso da força bruta; no segundo plano, apoiado em variáveis outras, operando através de suas capacidades, sobretudo culturais, e que se encontram praticamente

consolidadas hoje, como se pode perceber pelo acesso à tecnologia, pelo uso da língua inglesa praticamente universal, pelas imagens e pelos valores, como inúmeras obras já atestaram, seja através do imperialismo sedutor, seja pela trajetória do Tio Sam ao Brasil.<sup>3</sup>

Nos anos recentes, os aspectos lingüísticos têm sido cada vez mais explorados, no que se concebeu designar “geopolítica da língua”, pelos especialistas desse campo de conhecimentos, e preocupados com essa vertente do domínio anglo-saxão. Tudo isto tem propiciado, aos poucos, de maneira progressiva, que aspectos distintos, e ainda esquecidos da presença norte-americana no mundo, sejam levados a um público mais numeroso e diversificado, escapando das tradicionais linhas de pesquisas das ciências humanas.<sup>4</sup>

As preocupações anglo-saxãs na feitura de teorias encontram explicações no fato de que essas últimas sempre foram pensadas e elaboradas quando os Estados Unidos passaram a desempenhar papel maior, ou participando menos ativamente da formatação do sistema internacional. De um lado, para detectar a real influência de Washington nos destinos do mundo e quais os caminhos a serem trilhados; e, de outro, para verificar o declínio, ainda que momentâneo, as dificuldades encontradas. e porque tais fatos estavam acontecendo. Ou seja, apenas em países com forte capacidade para ditar normas e influenciar os rumos para onde o mundo deveria caminhar (sofrendo portanto menos influência desse último), é que se preocupam em criar teorias: para saber

---

<sup>3</sup> Há razoável literatura que analisa a crescente influência cultural dos Estados na América Latina, inclusive no Brasil. Dos pós-Segunda Guerra. Cf., por exemplo: HERZ, M. *Política cultural externa e atores transnacionais*. 1989. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- IRI-PUC, Rio de Janeiro,, 1989; TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; MOURA, G. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984 (Coleção Tudo é História). ; GALDIOLI, A. S. *A cultura norte-americana como um instrumento do soft power dos Estados Unidos: o caso do Brasil durante a Política da Boa Vizinhaça*. 2008. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, UNESP, 2008.

<sup>4</sup> Ver a coletânea coordenada por LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. *A geopolítica do inglês*. São Paulo, Parábola, 2005.

porque e como exercitar o poder em nível cada vez mais amplo; ou para descobrir os motivos de perda de suas capacidades.

O resto do mundo, como é fácil constatar, pouco produziu em termos teóricos para contrapor-se a essa tendência dominante, e simplesmente passou a reproduzi-las de maneira automática, visível na academia através dos cursos de Relações Internacionais, conferindo-lhe, portanto, legitimidade na interpretação dos fenômenos regionais ou globais.

Uma consulta à bibliografia das diversas graduações existentes no país não deixa margem a qualquer dúvida sobre esse fato, observando-se repetição integral dos títulos existentes na literatura internacional, seja de livros seja de periódicos (de procedência anglo-saxã): os mesmos autores utilizados no Rio Grande do Sul fazem parte das relações bibliográficas em Roraima, em Brasília, em São Paulo ou na Bahia, que assim apresentam-se “por dentro dos debates mundiais”.

Eventualmente existem algumas diferenças em termos conceituais sobre o que sejam as próprias Relações Internacionais. Não faz muito tempo o Estado era visto como o grande e único agente importante do cenário global. O surgimento de outros atores exercitando papéis destacados como as instituições internacionais e organizações não-governamentais, as empresas transnacionais, ou as unidades sub-nacionais (como passaram a ser designados os novos agentes domésticos) serviram para que se questionasse, ainda que forma restrita, a terminologia Relações Internacionais.

Nesse cenário atual, cada vez mais complexo, com redes e poderes difusos, o uso dos termos “Relações Internacionais” já se apresentaria inadequado, ou mesmo incompleto, porque teria seu foco central apenas nas relações inter-estatais, perspectiva essa que dificultaria o entendimento do que efetivamente ocorre hoje em dia, em função dos novos atores e, conseqüentemente, do aumento da diversidade de interesses.

Assim, a própria *International Studies Association* (ISA) é um claro indicador de tal postura, ao adotar esse novo entendimento: *Associação de Estudos Internacionais*. Apesar disso,

a terminologia consagrada ainda marca os cursos, uma vez que todas as licenciaturas e bacharelados recebem a costumeira designação de Relações Internacionais. Terminologia essa, aliás, difícil de ser alterada em função de aspectos legais, para autorização e reconhecimento dos próprios cursos, junto ao Ministério da Educação.

Este foi um debate que permeou, inclusive, a criação da entidade que atualmente representa a categoria, em evento realizado na cidade de Belo Horizonte (MG), em setembro de 2005. O nome inicial acordado foi *Sociedade Brasileira de Estudos Internacionais*, mas que, por problemas jurídicos, foi alterado, tendo sido registrada como *Associação Brasileira de Relações Internacionais* (ABRI).<sup>5</sup>

Por outro lado, há, também, um debate bastante acalorado sobre as Relações Internacionais como área de conhecimento. Certamente não têm as mesmas especificidades de campos mais definidos como a Medicina, Direito, Administração ou Engenharia, para ficarmos em algumas, que usufruem de grande prestígio no momento, e são bastante tradicionais.

O fato de as Relações Internacionais serem multifacetadas, significaria que não tem norte definido, uma vez que lança mão de disciplinas variadas como Ciência Política, História, Sociologia, Antropologia, Direito, Economia, dentre outras. Contudo, pelo motivo de serem utilizados referenciais tão diversos não significa que na área de Relações Internacionais não haja campos próprios de trabalho, linhas de investigação e teorias diferenciadas das demais carreiras.

---

<sup>5</sup> Trata-se do seminário “As Relações Internacionais no Brasil”, realizado nas dependências da PUC/MG, em setembro de 2005. Ao evento compareceu grande parte de representantes dos cursos de Relações Internacionais do país, tendo sido eleita uma diretoria provisória da entidade. Disponível em: <<http://www.abri.org.br/abrinet/default.asp>>. Acesso em: 4 maio 2008. Existe outra instituição criada anteriormente, em nível mais restrito (no que diz respeito à representatividade), denominada Associação Nacional dos Pesquisadores em Relações Internacionais (ANPRI). Disponível em: <<http://anpri.blogspot.com>>. Acesso em: 5 maio 2008.



O exame dos próprios currícula dos cursos é bastante elucidativo sobre isto, já que se observa um núcleo duro em torno de “Política Externa Brasileira”, “Teorias das Relações Internacionais” e “Organizações Internacionais”. Embora as mesmas possam ser estudadas pelo Direito, ou qualquer uma das outras carreiras, há uma especificidade em termos de abordagens teóricas que as demais não utilizam, delas se distinguindo.

No Direito, por exemplo, procura-se resolver tudo, ou quase tudo, de acordo com regras pré-estabelecidas, segundo princípios normativos. Esse tipo de abordagem encontraria dificuldades para tratarmos da maior parte dos problemas que afetam as Relações Internacionais em seu sentido mais amplo. Não é difícil notar que, no mundo das Relações Internacionais, as circunstâncias dificilmente são as mesmas, seja em termos temporais, seja geográficos, de interesses e de agentes direta ou indiretamente envolvidos no imbróglio. Isto significa que, embora as Relações Internacionais necessitem, ou utilizem recursos de áreas conexas, nem por isso, caminham na mesma direção, interpretando, projetando ou elaborando quadros prospectivos com os mesmos referenciais.

Pode-se dizer que esta é uma interpretação que se presta não apenas às realidades de países industrialmente avançados, como situação muito parecida se verifica naqueles situados em regiões mais distantes dos grandes centros de decisão. É o que ocorre, por exemplo, em países como o Brasil, onde o ensino e o estudo das Relações Internacionais têm experimentado apreciável incremento, não apenas em termos numéricos das instituições que passaram a oferecer cursos com tal rubrica, como também tem-se multiplicado o número de associações, de núcleos de pesquisa e de interessados nas Relações Internacionais em sentido amplo, abarcando temas específicos e genéricos sob todas as vertentes possíveis.

Por isso, vamos abordar, agora, nos próximos parágrafos a situação das Relações Internacionais no país, apresentando algumas dificuldades pelas quais tem passado essa área, mormente nos últimos anos, após o crescimento inicial e acentuado que se verificou até os primeiros momentos da presente década.

## **AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL**

Formalmente existem 96 cursos de Relações Internacionais autorizados nos país, conforme se pode verificar pela página eletrônica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Há alguns anos chegou-se mesmo a ultrapassar a barreira dos cem. Muitos fecharam, como era previsível, por terem enfrentado problemas que ainda não foram completamente sanados. Motivos variados podem ser arrolados: falta de alunos, condições inadequadas de ensino e pesquisa, carência de mercado de trabalho, currículo não condizente com a realidade local.

Embora a maioria absoluta dos cursos esteja concentrada na região sudeste (54), vários estados que não apresentavam tal opção de carreira, foram já contemplados, por exemplo, no estado da Paraíba, no Amazonas e em Roraima, entre outros. Verifica-se, igualmente, que várias instituições públicas passaram a se preocupar em oferecer o curso de Relações Internacionais, que até então era quase um monopólio das instituições particulares.

Este é um dado curioso, porque já aponta outro caminho dos cursos de Relações Internacionais nos país. Possivelmente observaremos uma melhoria na qualidade dos egressos nos próximos anos. Fazer tal afirmativa não significa dizer que todas as entidades privadas que oferecem o curso de Relações Internacionais o façam de maneira insatisfatória. Mas, por outro lado, pode-se dizer que esta é uma realidade que se tem constatado em grande número delas, e em todas as áreas, não sendo portanto condição impar das Relações Internacionais.

Se tínhamos apenas a Universidade de Brasília (UNB) até os anos 90, depois seguida pelos dois campi da Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Franca e em Marília, e pela Universidade de São Paulo (USP), temos hoje, em todo o país, várias universidades federais e estaduais ofertando a graduação.

Isto significa, por outro lado, que, aos poucos, o curso de Relações Internacionais passou a ser aceito e visto como necessário pelas esferas públicas e espera-se, agora, sua consolidação em nível nacional, sob outros parâmetros. Como ainda são recentes,

alguns anos serão necessários para que os profissionais egressos de instituições públicas ocupem espaços.

Todavia, já se pode perceber, pelo menos nas seleções do mestrado San Tiago Dantas de São Paulo e da USP, que é grande a parcela de alunos que vêm de faculdades públicas (da UNESP e da própria USP), o que não exclui, ainda concorrentes oriundos de outras instituições que acumularam prestígio nesse meio tempo, e que estão localizadas geograficamente mais próximas, como as PUCs de São Paulo e de MG.<sup>6</sup>

Assim, quando se discute os padrões de qualidade de ensino, o que um currículo deve contemplar, necessita-se ter em vista esse novo cenário. Quando havia apenas cursos particulares, tanto a autorização quanto o reconhecimento poderiam ser mais padronizados em função dos próprios avaliadores que tinham uma visão mais ou menos homogênea do que deveria ser um curso, com núcleo duro, optativas, etc., embora as grades curriculares normalmente se apresentassem fechadas, sem grandes possibilidades de inclusão de disciplinas optativas/seletivas.

Ai constata-se dois problemas importantes e atuais. De um lado, o fato de que as mudanças no Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais/INEP possibilitaram que profissionais de outras áreas façam as visitas de autorização e reconhecimento dos cursos sob sua jurisdição.<sup>7</sup> Se antes a equipe era sempre composta de dois professores, de instituições e estados diferentes do curso a ser avaliado, e com formação em Relações Internacionais, atualmente o mesmo não se verifica. Por outro lado, isto quer dizer que o entendimento do que deve ser o curso de Relações Internacionais ficou completamente alterado, tornando o processo de avaliação uma atividade praticamente restrita aos trâmites burocrático-administrativos.

---

<sup>6</sup> O caso da PUC/RJ não é aqui mencionado, porque se trata de uma instituição de grande prestígio, que tem há muitos anos o Instituto de Relações Internacionais, com corpo docente altamente qualificado, e responsável pela publicação de *Contexto Internacional* e de cursos de graduação, mestrado e doutorado na área.

<sup>7</sup> O INEP, órgão do Ministério da Educação, é a instância responsável desde o início pela autorização e reconhecimento dos cursos particulares no país. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/condicoesdeensino>>. Acesso em: 3 maio 2008.

Na realidade não é apenas nos cursos privados que isto acontece. No estado de São Paulo, por exemplo, os cursos estaduais que são reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação também passam pelos mesmos problemas, sendo que não necessariamente profissionais ligados às Relações Internacionais são destacados para fazer o reconhecimento do curso, como aconteceu em Marília, recentemente, em 2006.<sup>8</sup> Em Franca ocorreu semelhante problema em outubro de 2004, uma vez que um dos componentes da equipe nada tinha a ver com a área, embora fosse das Ciências Sociais. Apesar disso a Deliberação CEE 48/05 é muito clara a esse respeito, como se pode ler: “Art. 11 - Será indicada pela Câmara de Educação Superior uma comissão de avaliação externa, constituída de dois especialistas, que elaborará relatório circunstanciado, para subsidiar parecer conclusivo de conselheiro relator sobre o processo avaliatório da instituição”.

No exemplo das instituições privadas, a estrutura dos cursos vai obedecer, sempre, ao interesse das faculdades que os oferecem, porque ainda não se aplicam as (inexistentes) Diretrizes de Bases para os cursos de Relações Internacionais.

Por serem relativamente novos, não há informações mais precisas dos trâmites para o reconhecimento dos cursos estaduais de outros locais. No que diz respeito às instituições federais deverão seguir mecanismos semelhantes ao da Universidade de Brasília.

Nesses recentes cursos públicos, tem havido uma preocupação crescente com a formação mais sólida dos alunos, mormente no que concerne à parte teórica, porque grande parte do corpo docente apresenta formação específica em Relações Internacionais, como graduação e mestrado, ou então, com ênfase em Ciência Política privilegiando áreas de concentração voltadas para temas internacionais. Assim, sabedores das dificuldades que enfrentaram, espera-se que tais docentes procurem saná-las nos

---

<sup>8</sup> Ver a respeito, a *Deliberação CEE nº 48/05, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo*, publicada no *Diário Oficial do Estado*, em 07 de julho de 2005, Seção I, p. 21/22. Essa Deliberação “dispõe sobre o processo de avaliação das faculdades, faculdades integradas e institutos superiores de educação do sistema estadual de educação”. Disponível em: <[http://www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de\\_48\\_05.htm](http://www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de_48_05.htm)>. Acesso em: 02 maio 2008.

lugares onde estão ora alocados.

Como conseqüência, a expectativa é que esses cursos públicos ofereçam produto de boa qualidade, com estrutura curricular mais consistente, centros de pesquisa, bolsas de iniciação científica, acervo bibliográfico compatível com as reais necessidades dos alunos, o que não exclui aqueles outros particulares que têm adotado semelhante perspectiva, e que são de todos conhecidos pela excelência de seu corpo docente nos cursos de graduação e pós-graduação.

Estamos agora no terceiro estágio dos cursos de Relações Internacionais. O primeiro foi aquele marcado pelo advento do bacharelado pioneiro da UnB em 1974, facilitado inclusive pelo locus privilegiado junto a todas as instâncias do poder, aí incluindo o Ministério das Relações Exteriores. Duas décadas depois, o segundo momento com o surgimento da opção de carreira na PUC paulista em 1995, e os que se lhe seguiram ultrapassando a marca de uma centena em pouco menos de dois lustros. A terceira fase pode ser, portanto, caracterizada pela entrada do poder público na área. Isto pode ser explicado, em parte, pelos mesmos motivos observados em meados dos anos 90.

Naqueles anos, as Relações Internacionais passaram a fazer parte do cotidiano, pela TV a cabo, pela Internet, etc., e pelas discussões no plano internacional com a globalização e interdependência, quando o mundo finalmente pareceu mais próximo do Brasil. Tais atores fizeram com que nos inteirássemos de que não vivemos isolados no mundo, e deu-se conta da necessidade de profissionais para entrar nesse novel mundo, em um mercado que exige preparação adequada, sobretudo familiarizados com as negociações internacionais, para trabalhar em um cenário onde os blocos estavam se formando com grande rapidez.

Dez anos depois, com o fortalecimento das Relações Internacionais em nível mais aprofundado com a criação de inúmeros programas de pós-graduação, e a visível insatisfação com as condições oferecidas por muitos cursos particulares,

consolidou-se a opinião de que esse espaço deveria ser também ocupado pelas instituições públicas, uma vez que essas estavam negligenciado campo apreciável de trabalho, bastante concorrido como se pode verificar por vestibulares feitos, por exemplo, em SP, na capital e no interior. Além do mais, as universidades públicas estariam descumprindo uma de suas finalidades básicas, qual seja, a de atender às reais necessidades do mercado e a demanda dos alunos, obrigados a freqüentar instituições de ensino privado, arcando com pesados encargos financeiros.

Isto significa que, na medida em que novos cursos públicos forem sendo criados, outros tantos particulares, situados geograficamente pertos, deverão sofrer o impacto dessas mudanças, a não ser que ofereçam qualidade semelhante. Tal alternativa, porém, é um pouco limitada, e difícil de se concretizar, já que mesmo em SP as instituições privadas, incluindo aquelas com certo renome, têm sistematicamente demitido os profissionais que se titulam, ou que aumentam suas capacidades, e contratando em seu lugar alunos que realizam seus mestrados, portanto ainda em estágio inicial de formação acadêmica .

Por outro lado, se considerarmos que a entrada de instituições públicas aumenta o número de vagas disponíveis, melhorando as opções dos vestibulandos, o que esperar das faculdades particulares, que são, e durante muito tempo (provavelmente sempre) corresponderão à maioria nessa área?. Uma delas seria a tentativa de melhoria das condições de ensino, o que é difícil porque o reconhecimento se faz sem grandes exigências, de maneira mais flexível que anteriormente. Agora só vai um docente por curso, não necessariamente um especialista, acompanhando um avaliador institucional, e que realizam muitas vezes avaliações simultâneas de dois ou mais bacharelados/licenciaturas.

Talvez o melhor fosse estabelecer as Diretrizes de Bases dos cursos de Relações Internacionais, para que se pudesse ter um mínimo de qualidade exigida. Contudo, há dúvidas de que apenas uma iniciativa nesse sentido resolveria, porque, atualmente, os cursos de todo o país têm grade curricular que se repete em

grande medida, além de termos há vários anos o documento "Padrões de qualidade".

Quando havia poucos cursos antes de 2000, percebia-se certa preocupação em fixar uma grade que correspondesse às exigências mínimas necessárias para que o produto final oferecido fosse de boa qualidade. Depois, formalmente, todas passaram a preencher esses mesmos requisitos, porque quando uma entidade faz a demanda pela criação de um curso, toma emprestada a estrutura dos já existentes e praticamente a copia. A diferença, entretanto, se localiza em toda a infra-estrutura, desde a existência de corpo docente satisfatório, bibliotecas com bom acervo, laboratórios, etc., além de propiciar a participação de alunos e corpo docente em eventos nacionais e internacionais, ou escrevendo textos, etc.

Atualmente, após todos esses anos, já se tem uma visão bastante precisa do funcionamento precário dos cursos oferecidos por muitas instituições, ainda que várias delas criem publicações que dificilmente ultrapassam dois ou três números, apenas para fazer constar nos relatórios de avaliação de reconhecimento do curso.

No quadro educacional brasileiro, este não é um problema isolado das Relações Internacionais. Trata-se de um problema global que atinge a todos, de forma quase indistinta, seja em termos geográficos, seja nas opções de carreiras e de instituições. Basta ver o número de faculdades de Direito, de Administração e de Medicina existentes. As duas primeiras romperam a marca de mil (1067 de Direito em dezembro de 2006), enquanto as de medicina estão em número bastante elevado (172, sendo que até cidades com 65.000 habitantes são contempladas com um curso). Os cursos de Administração, por exemplo, passaram a ter diretrizes depois de 1998, elaboradas inclusive por dois docentes que os avaliavam para a Secretaria de Ensino Superior/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (SESU/INEP).

Em um quadro com essas características, o que é possível fazer? Criar o conselho regional? Incentivar empresas juniores? A

experiência observada com as outras profissões demonstra que isto não tem resolvido o problema, embora possam minimizá-lo.

Veja-se o caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Conselho Federal de Medicina (CFM). Sempre procuram interferir, inclusive exigindo que novos cursos passem pelo seu crivo. Mas isto não necessariamente tem acontecido, e os avaliadores frequentemente reclamam das condições encontradas, quando fazem o trabalho de reconhecimento, sugerindo o fechamento daqueles que consideram deficientes, etc.

Raramente medidas nessa direção têm sido tomadas, ficando quase sempre nas ameaças feitas pelo Ministério da Educação, mesmo porque muitas instituições apresentam forte respaldo político, o que pode ser observado em vários cursos de todas as áreas no país. O resultado final é que nas provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), a pontuação obtida deixa muito a desejar.<sup>9</sup>

O encerramento das atividades dos cursos tem ocorrido, normalmente, apenas quando se torna deficitário no plano econômico, não produzindo os lucros esperados, mas não pela preocupação primeira pela falta de qualidade. Ou seja, quando deixa de ser rentável, o curso deixa de ser interessante para a mantenedora que prefere assim desativá-lo.

Antes havia a ilusão de que os cursos de Relações Internacionais iriam gradativamente melhorando, conforme seus alunos fossem saindo, freqüentando programas de pós-graduação e assumindo cargos de docentes, pesquisadores, etc., inclusive

---

<sup>9</sup> Ver, por exemplo: 30 cursos de Medicina mal avaliados em prova do ENADE podem perder vagas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 abr. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2504200823.htm>>. Acesso em: 3 maio 2008. Nos cursos de Direito situação semelhante, ou mais delicada, se verifica: ANDRADE, Eduardo de Carvalho – “MEC quer fechar faculdades fracas e manter escolas ruins”, *O Estado de S. Paulo*, 8 nov.2007; FEITOSA, I. Jamais um curso pode funcionar sem parecer da OAB. *Revista Consultor Jurídico*, 8 nov. 2007. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/61160,1>>. Acesso em: 3 maio de 2008; COSTA, P. MEC corta vagas e diz querer melhorar ensino de Direito. *Revista Consultor Jurídico*, 17 jan. 2008. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/63091,1>>. Acesso em: 3 maio 2008.



em suas próprias instituições de origem. Entretanto, essa expectativa não se verificou na velocidade esperada, daí a dificuldade daqueles que fizeram ou estão fazendo cursos de pós-graduação *stricto sensu*, e têm demorado um pouco mais do que se previa, para se inserirem no mercado de trabalho no próprio local onde estão, a não ser que se desloquem para lugares mais distantes dos grandes centros.

Os cursos de Relações Internacionais vão enfrentar, e isto já se converteu em realidade, os mesmos problemas pelos quais têm passado as demais áreas. Cursos considerados de boa qualidade continuarão funcionando com demanda regular, flutuando de acordo com as conjunturas, mas sem que sejam colocados em risco. Os profissionais deles egressos provavelmente terão chances normais no mercado de trabalho, seja nas universidades, seja na iniciativa privada. Certamente o egresso de Relações Internacionais que já trabalha, ocupando cargos, ainda que um pouco distanciados de sua formação, terá um diferencial melhor, se a empresa para a qual empresta seu talento tiver vocação para empreendimentos maiores, com interface no exterior, o que poderá facilitar-lhe projeção e bom espaço profissional.